

GRUPO DE ESTUDOS E PESQUISAS  
Mundos do trabalho: pensamento político-social heterodoxo (GEPENSAH)

## FICHA DE LEITURA

Elaboração: José Carlos Mendonça  
Data: setembro de 2007

## DADOS DA OBRA

Título: **As Origens do Esquerdismo** (189 p.)  
Autor: Richard Gombin  
Referência: GOMBIN, Richard. **As Origens do Esquerdismo**. Lisboa: Dom Quixote, 1972.

## FICHA BIBLIOGRÁFICA

**Prefácio**

O autor nos apresenta o esquerdismo como teoria da sociedade atual, da sociedade futura e da passagem de uma para a outra. Esclarece tratar-se apenas de sua gênese por considerar que a própria teoria esquerdista “está longe de ser completada” (p. 11) e que o esquerdismo se propõe a ser uma alternativa pela esquerda ao marxismo-leninismo – ML da mesma forma que outros sistemas de pensamento também haviam tentado suplantá-lo como teoria do movimento revolucionário (social democracia, trabalhismo, cooperativismo, liberalismo planejador, etc.), porém todas elas pela direita. Pela esquerda, todas as tentativas eram da mesma tradição e da mesma fonte (daí serem *extremistas* e não esquerdistas), salvo no caso do anarquismo, do anarco-sindicalismo e do sindicalismo revolucionário que tiveram suas posições derrotadas pela Revolução de Outubro na Rússia e subsistem como fragmentos de movimentos (p. 12).

O esquerdismo rompe com o ML e sua propagação coincide com a maturidade de uma geração já livre do stalinismo que possibilita que a iniciativa teórica encontre um suporte sociológico no movimento real.

A teoria esquerdista não começa do zero, sua novidade consiste na sua atualidade e por juntar elementos dispersos num mesmo quadro lógico a partir de uma visão de mundo. Sua coerência teórica não reside em si mesma e sim na práxis que pretende exprimir.

“Se os esquerdistas vêm com justeza, se a sua teoria é verdadeiramente a do real, não deixará, ao longo dos anos, de se dotar de todos os atributos de uma teoria acabada. O próprio marxismo constitui a síntese de elementos díspares; o esquerdismo não operou ainda a sua síntese (...)” (p. 14).

**O que é o esquerdismo?**

Para definir seu conceito de esquerdismo, Gombin parte das seguintes premissas: 1) as modificações havidas em todos os domínios possibilitaram que a satisfação das necessidades materiais deixasse de ser uma utopia e se tornasse concebível; 2) o movimento operário seguiu uma trajetória de lutas que deveria, ao mesmo tempo, alcançar seu bem estar social e eliminar o sistema capitalista que perpetua o seu mal-estar e, para tanto, tiveram de adotar uma ideologia revolucionária e uma prática reformista. Esta foi a razão pela qual (pelos seus objetivos a atingir) que foi possível acontecer um domínio tão forte dos aparelhos sindicais e partidários sobre as massas. “devendo transformar-se em grupo de pressão, a classe operária fê-lo dotando-se de todos os atributos de um grupo de pressão: direção, burocracia, hierarquia, autoritarismo. Os resultados obtidos (aumentos de salários, segurança do emprego, segurança social, elaboração de uma legislação favorável ao proletariado, democratização do regime) correspondiam exactamente às necessidades de uma classe que procurava conquistar um lugar no sistema capitalista. Podemos discutir o alcance real dos resultados obtidos, mas é inegável que, ao terem de gerir os interesses imediatos de uma classe, as direções operárias cumpriram essa tarefa como gerentes. Se esse

empreendimento durou perto de um século e em parte ainda dura é porque, e isto não deve ser esquecido, os problemas de segurança econômica e profissional foram a realidade de dois terços da população.” (p. 17).

Com tais estruturas/instituições criadas, logo apareceram a distinção entre as necessidades próprias, específicas da máquina e as necessidades gerais da população trabalhadora. As novas necessidades dos trabalhadores apenas recebiam como resposta “uma intransigência verbal imediatamente desmentida por uma prática feita de compromissos” (p. 18), ao mesmo tempo em que isto coloca o movimento operário na condição de reencontrar suas preocupações mais antigas e naturais, ocultadas pelas lutas que Gombin chama de ‘quantitativas’, ainda que de forma confusa, e de fixarem eles mesmos na base os objetivos desta luta e de um futuro socialismo descentralizado e autogestionário que Proudhon e Bakunin tinham expressado melhor que Marx ou Lênin, mas que nos dias atuais assume um significado diferente e faz com que a teoria revolucionária não antecipe a prática. Pelo contrário, vai atrás ou no máximo lado a lado.

Assim, Gombin considera que o esquerdismo procura expressar as novas práticas dos conflitos sociais (que ele chama contestação), fornecendo a teoria da sua própria prática. Esclarece que o conceito por ele formulado do esquerdismo é apenas *heurístico* e não *essencial*, restritivo e seletivo e isola algumas características intencionalmente.

“Por esquerdismo designaremos essa fração do movimento revolucionário que oferece, ou quer oferecer, uma alternativa radical ao marxismo-leninismo como teoria do movimento operário e da sua evolução. O que exclui imediatamente todas as tentativas de renovação teórica provenientes da social-democracia, na medida em que não são revolucionárias (quer dizer, que não visam a transformação imediata e total da sociedade capitalista). O que exclui ainda todos os empreendimentos de *oposição* comunista ou de renovação comunista na medida em que não oferecem alternativa (mas propõem-se regressar às fontes leninistas ou *revolucionárias* do comunismo). A estes dois tipos ‘puros’ poderíamos acrescentar um terceiro que situa entre os dois; são os grupos que se pretendem ao mesmo tempo revolucionários e reformistas, que bebem nas fontes bolchevista e social-democrata.” (p. 20-21).

A seguir Gombin considera necessário comentar apenas sobre a segunda categoria, na qual inclui os maoístas, trotskistas, bordiguistas (e suas diversas tendências) que se limitam a considerar que houve uma traição ao marxismo-leninismo e, portanto, oferecem uma alternativa de direção e rumos para o partido comunista e não ao próprio marxismo-leninismo. Pretendem levar ao extremo a doutrina comunista e não substituí-la. Podem ser considerados esquerdistas apenas em relação ao partido e por isto é preferível chamá-los *extremistas*.

Após distinguir esquerdismo de extremismo, Gombin passa a apresentar o projeto esquerdista, suas origens e como ele se insere na tradição do movimento revolucionário. “como movimento *que se pensa*, o esquerdismo é ao mesmo tempo uma crítica, uma prática e uma teoria” (p.23).

Como **crítica**, vai da revisão até a negação do marxismo como teoria revolucionária nas suas versões mais extremas (dado que, segundo afirma, Marx aparece como o teórico que levou a revolução burguesa ao extremo de suas virtualidades). Todas as revoluções do século XX não são vistas como socialistas e sim como as últimas revoluções burguesas. Do mesmo modo, o comunismo e a social democracia organizados não são desvios de um modelo ideal, e sim como instituições capitalistas que organizam a sociedade com maior eficácia e mais concentração de poder.

Como **prática**, o esquerdismo aparece onde quer que a luta de classes seja dirigida simultaneamente contra o patronato e as direções operárias tradicionais. As formas assumidas podem ser desde greves selvagens, ocupações de fábricas, as organizações por local de trabalho, por fábrica ou empresa desde que por fora da legalidade sindical e partidária existentes.

Como **teoria**, inova no tipo de socialismo que apresenta, pois este não mais será uma forma de ordenar o que já existe e sim um estágio superior fundado na autonomia dos grupos humanos. Com variação de graus a depender de cada grupo ou matiz de pensamento, todos os esquerdistas concordam que este socialismo exclui “todos os esquemas autoritários, centralizadores,

dirigistas, planejadores, ideológicos, designando este último termo o fenômeno da repressão nos domínios do pensamento e das representações coletivas (...) não se trata, portanto, de propor uma nova ideologia, mas de abolir, de desmistificar todas as ideologias. (...) Importará, pois, para os revolucionários, elaborar a teoria da sua própria prática sem que em nenhum momento a análise seja congelada, fixada a um estágio histórico preciso, caso em que se tornaria ideologia”. (p. 24-25).

Com relação aos meios para atingir a sociedade socialista, não devem obedecer a um esquema organizacional preestabelecido e o processo revolucionário compreenderá o conjunto das lutas autônomas.

Quanto ao conteúdo do processo, o esquerdismo apresenta um espaço-tempo revolucionário menos determinado e mais extenso do que o espaço-tempo da ortodoxia. O segundo privilegia os locais de produção enquanto o primeiro estabelece uma luta em todas as frentes. O evolucionismo econômico dá lugar a um maior espaço para a consciência socialista, a qual não deve ser introduzida do exterior. Admite-se as contradições econômicas do sistema, mas igualmente se verifica que o capitalismo soube domesticá-las e aprendeu a prolongar a sua própria existência.

“(...) a ação revolucionária significa para os esquerdistas uma luta permanente em todas as frentes. Tratar-se-á de fazer desaparecer todas as alienações, psicológicas, sexuais, culturais, ideológicas e, bem entendido, econômicas. (...) O seu objetivo último é a tomada de todos os poderes, o fim de todas as alienações; o que não pode fazer-se no espaço de uma insurreição, mas exige todo um período histórico.” (p. 27).

A seguir Gombin questiona se o conjunto de traços apontados são suficientes para fazer do esquerdismo algo original. E responde que este conjunto de idéias, práticas, análises e reflexos não apareceu somente num país ou subitamente, mas sim constitui uma síntese de correntes diferentes quanto às suas formas, conteúdos e objetivos com raízes anteriores à Segunda Guerra Mundial (embora tendo se cristalizado após 1945) e quês e todas se dissolveram no movimento geral de contestação de maio de 1968.

O autor limita-se a tentar a gênese do esquerdismo francês, explicando que esta limitação nacional é arbitrária já que o esquerdismo não apenas não é um fenômeno específico da França como aí apareceu com 25 anos de atraso se comparado com a vizinha Alemanha e a Europa central.

E mais, afirma que a tradição de uma crítica marxista de alto nível teórico na Europa central é anterior à Primeira Guerra Mundial (austro-marxismo, Lucaks, Korsch, Pannekoek, Ernst Bloch, Th. Adorno, Horkeimer) realizando a crítica, seja do leninismo como prática política marxista, seja do marxismo como inapto para dar conta da sociedade industrial moderna.

Acrescenta ainda que “várias revoluções abortadas (Hungria e Alemanha) puderam fornecer exemplos de práticas novas, de modelos organizacionais diferentes do leninismo (conselhos operários autônomos por exemplo). A par destas tentativas neomarxistas, as ocupações de fábrica na Itália (1919-1920), a revolução espanhola (1936-1937), vêm alimentar um fundo de tradição revolucionária não leninista ou mesmo não marxista.” (p. 31) para demonstrar a inspiração do esquerdismo francês, o qual não deixou também de ter suas referências em fontes nacionais (Rimbaud e os surrealistas na literatura e Fourier, Proudhon e o sindicalismo evolucionário na política). Conclui o tópico esclarecendo que o fio que dá coerência ao fenômeno esquerdista é: “transformar o mundo e modificar a vida” (p. 31).

### **A questão prévia: o regime da URSS e o fenômeno burocrático**

Gombin considera que o movimento revolucionário para poder combater o marxismo-leninismo e poder substituí-lo teve que fazer a crítica da revolução soviética. Do mesmo modo, ser de esquerda e estar fora do PC era tarefa muito difícil na França nos anos 1940 e começo dos anos 1950. Nosso autor destaca o esforço do grupo de Sartre em fazer uma crítica esquerdista do stalinismo, desde o surgimento do movimento *Socialisme et liberté* criado por ele durante a II grande guerra, da revista *Temps Modernes* (fundada por Raymond Aron, Albert Camus e M. Merleau-Ponty além do próprio Sartre) e de tentativas de agrupamentos políticos (o R.D.R. foi a que alcançou algum sucesso, porém efêmero).

O projeto de *Temps Modernes* teve certa duração e serviu para desmanchar a imagem idílica que se tinha da URSS nos meios de esquerda na França, mas foi abortado porque, com exceção de Sartre, os outros três evoluíram para o liberalismo.

Outra fonte que contribuirá para a crítica esquerdista da URSS será o trotskismo, fornecendo o ângulo de ataque: a burocracia soviética. Para Gombin o trotskismo em seus primórdios foi parte do esquerdismo, mas terminou como um extremismo em função de definir uma data arbitrária que dividiria ‘o céu do inferno’ (1923) e pela sua forma de organização que reproduz o modelo leninista e até stalinista. Desse modo, o questionamento da própria estrutura do regime soviético não evoluiu para a crítica do leninismo (p. 40-41 Gombin explana a análise de Trotsky).

Foi do seio do trotskismo, como uma cisão da IV Internacional em 1948, que surgiu o grupo *Socialisme ou barbarie* - SB “Tomando o sentido oposto do dogma trotskista que via no estalinismo um fenômeno político e apenas político, *Socialisme ou barbarie* afirma que a burocracia russa é uma verdadeira **classe** dirigente e exploradora, expressão social das novas formas econômicas e de novos modelos de exploração.” (p. 43).

Gombin atribui tal formulação a uma verdadeira inovação nos quadros da teoria marxista, posto que introduziu uma terceira categoria socioeconômica ao lado do capitalismo concorrencial e do socialismo: o Capitalismo de Estado, e a nova classe é a burocracia que para SB “tem todos os atributos de uma classe proprietária: decide e orienta os investimentos, fixa os preços e os salários, nomeia e revoga os dirigentes locais e beneficia de um nível e de um modo de vida que, no Ocidente, seriam apanágio da burguesia. De qualquer modo, e este é o segundo ponto, dispõe dos meios de produção e dos privilégios correspondentes a *título colectivo*: mas esta é uma questão de estatuto jurídico, que não modifica nada à situação real de classe da burocracia. De resto, nos países do Ocidente não são já, hoje, os burgueses proprietários que são os grandes beneficiários da exploração de classe, mas antes os dirigentes e quadros da indústria e do comércio, os altos funcionários que açambarcam os benefícios do sistema, e isto não em virtude de um título formal de propriedade, mas pelo facto da sua situação nas relações de produção.” (p. 44).

Gombin esclarece que esta conclusão não é inteiramente inédita, porém – com a exceção de Robert Mitchels – todos os demais autores encararam o problema somente pelo ângulo político e concede a Bruno Rizzi, em sua polemica contra Trotsky, a primazia em ter assimilado o regime russo a uma nova classe. No entanto, embora tendo o trotskismo como fonte, Rizzi e SB chegam a conclusões muito distintas.

SB procura responder às razões pelas quais a classe saída da Revolução de Outubro é uma nova classe, para tanto aproxima mais a análise do fenômeno burocrático e conclui que a Rússia está na fase de maior desenvolvimento do capitalismo, onde a concentração de capital e poder é a mais avançada e a burocracia corresponde a esse estágio (característico tanto no Leste quanto no Ocidente), onde propriedade e gestão não mais coincidem e “pelo facto de a burocracia operar como entidade, colectivamente, (...) a fronteira decisiva não passa já entre proprietários e não-proprietários mas entre dirigentes e executantes.” (p. 50)

Tal realidade nova introduz também novas contradições dela decorrentes: por um lado é preciso que o trabalhador não tenha nenhum poder de decisão, de iniciativa no trabalho, de criatividade. Por outro o aumento da complexidade dos processos de trabalho exige que os trabalhadores tenham essas mesmas capacidades aplicadas na produção, mas se os capitalistas lhes concedem pedem a sua base permanente de dominação: o corte total entre dirigentes e executantes.

“(…) a assimilação dos regimes de Leste aos do Ocidente, a sua integração num regime de burocratização baseado em novas relações sociais, é do mais alto interesse para a evolução das idéias esquerdistas. Verdadeira ou falsa, a análise da burocracia de *Socialisme ou barbarie* é a única de que dispomos, se excluirmos o pensamento liberal, por um lado, e o marxista-leninista, por outro. Mas, sobretudo, são os desenvolvimentos que ela *permite* que devem reter a nossa atenção. Esses desenvolvimentos respeitam a três aspectos essenciais par o movimento esquerdista: 1) A aplicação do esquema burocrático à sociedade moderna e ao movimento operário contemporâneo; 2) O conteúdo do socialismo tal como aparece, negativamente, poder-se-ia dizer, à luz da experiência do bolchevismo triunfante; 3) As conseqüências que daí se podem tirar quanto às

formas de organização do movimento revolucionário. Estas são as questões que estão no centro da teoria esquerdista (...).”(p. 51-2).

### O revisionismo filosófico

Nesta parte o autor demonstra que, no esforço de renovação da teoria e da prática revolucionárias, era necessário também confrontar o pensamento marxista com os fatos, ou seja, com o modelo que pretendia a sua própria encarnação. Uma tentativa de remontar as fontes primitivas do marxismo, interrogar o marxismo sobre si mesmo, aplicar os métodos marxistas ao próprio conteúdo da teoria já que “no passado, toda a obra que se empenhava em admoestar o pensamento revolucionário esbarrava com as pretensões totalitárias (no sentido etimológico) do marxismo ‘ortodoxo’ que se apresentava como um sistema fechado, científico e definitivo. Toda a vida social, mas também todas as ciências, eram englobadas por essa verdadeira *cosmogonia*, que tinha os seus textos sagrados, os seus intérpretes patenteados, os seus desvios e as suas heresias. Era necessário precisamente romper o círculo, cortar o monopólio teórico dos ‘grandes sacerdotes’ comunistas.” (p. 53-4).

Gombin nos diz que, em França, este trabalho remete à revista *Arguments* fundada no começo de 1957, mais em função de apresentar e traduzir textos dos anos 1920/30, inéditos no país, da Europa central que questionavam a ortodoxia do que pelo monopólio de por em questão o marxismo teórico.

Após explicar as razões do atraso francês em proceder à reflexão filosófica (fruto da total hegemonia do PC francês em matéria de ideologia nos anos 1930/40/50), Gombin afirma que o marxismo ortodoxo é anterior ao stalinismo, logo era necessário proceder – no esforço de revisão filosófica – as obras do jovem Marx, às suas origens hegelianas e à sua evolução.

Localizando as origens do marxismo ortodoxo nas obras de Engels que divulgaram um marxismo determinista e evolucionista a ser aplicado tanto às coisas quanto aos seres pensantes (principalmente o *Anti-Düring* e *Crítica do Programa de Erfurt*), repercutindo no plano filosófico num materialismo esquemático onde a matéria era um absoluto e a consciência apenas o seu reflexo, irá fazer escola com Kautsky e Lênin (tal similitude se restringe ao aspecto filosófico, pois na ação política se distanciam significativamente. O primeiro se mantém evolucionista enquanto o segundo demonstra um nítido ultravoluntarismo na linha do blanquismo tradicional).

Considerando que no materialismo mecanicista de Lênin estão contidas as premissas de um ‘totalitarismo ideológico’, Gombin analisa de forma muito sucinta duas obras surgidas em 1923 que trazem conseqüências para os esquerdistas em termos de teoria revolucionária: ‘Historia e Consciência de Classe’ de Lukacs e ‘Marxismo e Filosofia’ de Karl Korsch.

Ambos atacam a separação que fazem os marxistas ortodoxos entre ser e consciência, matéria e espírito. “Esta afirmação filosófica, que está na base do primado da infra-estrutura sobre a superestrutura, não é dialética, porque a atividade consciente de um indivíduo situa-se do lado objetivo do *processo* (...) só o processo é uma realidade objetiva porque nele se unem sujeito e objeto, ser e consciência (...) a única categoria válida é a de *totalidade* e é o método dialético que permite o conhecimento da totalidade, ao passo que o método a que Lukacs chama reflexivo apenas apreende a falsa objetividade” (p. 63). Korsch por sua vez irá simplesmente acusar Lênin de um regresso puro e simples a Kant, pois nega a relação entre a teoria e a práxis e faz do material um absoluto, uma categoria ideal.

O vínculo entre esta polemica filosófica e a apreciação do movimento revolucionário enquanto agente autônomo da dialética da história, o questionamento do primado do partido, dado que é o proletariado como classe que apreende e ultrapassa as realidades históricas e a sua própria alienação. O elemento central deixa de ser a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção e passa a ser a consciência que o proletariado tem delas.

Para o esquerdismo, a visão da sociedade capitalista e a sua superação, a alienação ocupa um papel muito importante, assim como a noção de ‘teoria revolucionária’ de Korsch, entendida como tão somente a expressão geral do movimento histórico real e contrariamente à ideologia que é

o pensamento congelado e que já não exprime uma realidade viva. Tal distinção possibilita “revelar um sistema que se pretende imutável e que o esquerdismo herdará do conceito Korschiano da teoria revolucionária tal como a sua definição enquanto expressão da práxis actual do proletariado.” (p. 67).

Para Gombin, a revisão filosófica promovida por Korsch e Lukacs foi importantíssima pelos seguintes fatores: 1) permitiu refletir sobre o marxismo valendo-se dos seus próprios conceitos; 2) relativização das ideologias revolucionárias, fazendo com que o pensamento revolucionário entre em relação dialética com o movimento da classe, em mutação quando muda o movimento (contrariamente ao ML que se apresenta como revolucionário porque é ‘científico’).

O passo seguinte foi confrontar o materialismo de Lênin com as correntes epistemológicas da sua época (fins do século XIX e começo do séc. XX). Tal tarefa coube a Anton Pannekoek em sua obra ‘Lênin Filósofo’ de 1938, onde “por um estudo muito conciso de Dietzgen, Mach e Avenarius e à luz das concepções epistemológicas modernas (teoria da relatividade), que a matéria que figura o conceito-chave de Lenine não é mais do que uma **abstracção**. Desse modo, Lenine, que critica Mach e Avenarius pelo seu subjetivismo (realidade como sensações ou elementos puramente psíquicos), fica **aquém** dos seus sistemas.” (p. 70).

Além disso, Pannekoek explica o motivo pelo qual Lênin não opõe a teoria da relatividade a Mach e Avenarius - dado que esta foi elaborada em 1905 antes portanto da redação do livro de Lênin dedicado a este tema (Materialismo e Empiriocriticismo de 1908) – tal se deve à necessidade de ter um filosofia adaptada às necessidades da atividade prática, que na Rússia daquele período eram equivalentes às da burguesia na Europa Ocidental no período anterior. Daí não ser surpresa que as concepções de Lênin fossem semelhantes às de um Feuerbach.

As conseqüências deste ataque à ideologia bolchevique nos terrenos da crítica dialética e da evolução das ciências da natureza, foi a de afazer com que – segundo Gombin e atendo-se ao caso da França – o esquerdismo faça do marxismo “uma das numerosas estrelas do seu firmamento teórico” (p. 73).

### A crítica da vida cotidiana

Neste tópico Gombin inicia por considerar o período 1957-1962 como sendo marcante para o esquerdismo francês por uma serie de acontecimentos no cenário mundial (descrédito do stalinismo, da URSS e das democracias populares; o XX Congresso do PCUS, os fatos na Polônia e na Hungria em 1956) que exigiam que se recolocasse o fenômeno revolucionário no seu devido contexto histórico.

Negando o determinismo econômico da ortodoxia, o esquerdismo considera que a simples modificação da estrutura não basta, nem para libertar o homem, nem para emancipar a sociedade. Considerando que novas formas de alienação apareceram, qualquer projeto revolucionário deve se entregar a fazer uma análise profunda da sociedade moderna e das formas de alienação que ela segrega, logo “O esclarecimento da análise teórica desloca-se, pois, do estudo dos fatores econômicos (modo de produção, descida tendencial do lucro, etc.) para a **crítica da vida cotidiana**.” (p. 77) que passa a ser o núcleo da nova teoria radical.

Assim, num mundo onde a abundância não está realizada mas é visível no horizonte graças aos progressos da técnica que permitam a produção em grande escala, percebe-se um nítido desnível entre estes âmbitos (técnica e produção) e o da vida privada que permanece estagnado. A alienação do homem atinge aqui o seu auge.

“A uma semelhante **separação** entre o homem e o seu produto não corresponde nenhuma reflexão crítica; pelo contrário, quanto mais o homem mergulha na alienação, mais conformista se torna: a contradição foi substituída pelo culto do novo pelo novo (modernismo), característica de um mundo despoetizado.” (p. 78-9).

A seguir Gombin traça o percurso que vai gerar em 1957 a **Internacional Situacionista - IS** que tentará nos anos seguintes analisar o mundo moderno pelo ângulo da vida cotidiana. Para esta corrente de origem cultural, a vida na sociedade moderna se resume à sobrevivência e somente

no âmbito do consumo (proporcionado pelo *welfare state*) a existência é permitida e o permitido é realizável. Definem a sociedade de consumo como correspondente da economia de consumo, sucessora da economia de produção, e caracterizada pela produção desenfreada de mercadorias que banaliza e degrada a vida cotidiana unificando o espaço e o tempo das pessoas numa existência monótona e sem fantasia.

Seus principais expoentes foram Guy Debord e Raoul Vaneigem (Henry Lefebvre próximo) e, embora façam uma crítica devastadora da sociedade de consumo, não negam os bens de consumo como tais, esclarecendo que o que aliena não é o consumo e sim a “sua **escolha condicionada** e a ideologia que aí conduz. Porque a vida quotidiana no mundo moderno está submetida a uma ‘gestão totalitária’ que molda até os nossos modelos de comportamento.” (p.83).

Gombin considera que os situacionistas seguem os desenvolvimentos do jovem Marx, porém o ultrapassam em função de que a alienação vista por Marx estava circunscrita ao âmbito da produção e hoje está universalizada: toda a práxis social foi cindida entre realidade e miragem.

Este mundo moderno possui a contradição de produzir cumulativamente e com isso desencadear forças que suprimem as necessidades econômicas. Como o sistema necessita de um desenvolvimento econômico infinito, reserva aos indivíduos apenas o quantitativo, o consumível e ‘fabrica’ com isso pseudo-necessidades constantemente (segundo carro, troca de eletrodomésticos, etc.) separando forma e conteúdo. Tal contradição gera a consciência desta alienação e abre perspectivas de desembocar num descontentamento e numa práxis revolucionária adequada.

No entanto, a oposição à classe dominante também está mistificada sob a forma de uma revolta puramente contemplativa com a invenção da ideologia da felicidade, na qual o homem moderno que se diverte apenas representa um papel, um estereótipo de felicidade para ele criado.

Ao afirmar que a IS dá provas de ortodoxia na questão do sujeito revolucionário – que para ela permanece sendo o proletariado, diferentemente da teoria de Marcuse por exemplo - Gombin passa então a tentar precisar o conceito de proletariado para o esquerdismo, antecipando que está longe de ser claro em função de ter o esquerdismo rompido com a concepção economicista da luta de classes.

Para a IS, segundo Guy Debord, o proletariado compreende “a imensa maioria dos trabalhadores modernos que perderam qualquer emprego sobre a sua vida; é reforçado pelo desaparecimento do campesinato e pela extensão da lógica do trabalho na fábrica que se aplica doravante a uma grande parte dos serviços e das profissões intelectuais” (p. 87) Assim definido, o proletariado pode abolir as classes por ser o único capaz de conhecer a própria alienação e não por ser proletariado **em si**, situação em que bastaria um desenvolvimento das condições objetivas para fazer estourar a revolução, nos termos do marxismo ortodoxo. A ultrapassagem da vida cotidiana será possível graças à violência do ressentimento.

Quanto ao papel da juventude, a IS descreverá os estudantes em termos muito desfavoráveis a estes, embora reconhecendo um papel de contestação de que seriam portadores. E sobre a forma de erupção da revolução, os situacionistas constroem o conceito de ‘contestação total’ do capitalismo moderno, uma multidão de atos espontâneos voltados para alterar o espaço-tempo atribuído pela classe dominante. Um ato de afirmação da subjetividade de cada um no terreno da cultura (terreno mais vulnerável da civilização moderna).

O papel central atribuído à arte deve-se ao fato de que sempre foi considerada a mais elevada forma do trabalho criador. “Os homens serão felizes no dia em que todos forem artistas” (p. 94). A revolução enquanto contestação generalizada da vida cotidiana deve atirar-se contra a arte e também contra os seus subprodutos existentes (arquitetura, urbanismo, etc.) e será vitoriosa no dia em que as condições de uma realização permanente da subjetividade estiverem criadas.

Neste processo lúdico, um ponto vai chocar os situacionistas com outros grupos radicais: a apreciação que fazem do trabalho. Para eles a emancipação passa pela supressão do trabalho, que deve ser substituído por um novo tipo de atividade livre, contrariamente ao socialismo da forma como aparece no século XIX. “para os marxistas é pelo trabalho que o homem se faz, trata-se simplesmente de o libertar da exploração; nos anarquistas subsiste uma noção quase mística do

trabalho-valor moral, trabalho purificador que leva a realçar o produtor face ao preguiçoso, ao capitalista.” (p. 99).

Gombin observa que esta posição dos situacionistas (“não trabalhem jamais”) é filha de seu tempo, um tempo “de uma sociedade de (muito) relativa abundância” e nos apresenta as suas influências: Lautréamont, Sade, o Surrealismo. Afirma que o esquerdismo na sua busca do homem total traz o irracional para o seu concreto vivido, como dimensão suplementar e quebrando o monopólio que dele fez o pensamento reacionário para justificar de modo obscuro (“natural”) o estado de coisas existente.

### A Teoria do Comunismo de Conselhos

A HERANÇA: A crítica renovada da sociedade de exploração – possibilitada pela crítica do comunismo organizado atual e das direções operárias tradicionais – abriu inúmeras frentes além da frente econômica (que não foi negada), as quais exigem que o homem torne-se não apenas consciente da realidade política e econômica da alienação, mas que tome a direção de todos os setores da vida social, ou seja, a aspiração revolucionária do esquerdismo desemboca na **autogestão generalizada**.

Chegado a este ponto Gombim questiona: “Como realizar esta aspiração? Qual será, qual deve ser, a forma de organização que permitirá a autogestão a todos os níveis? O marxismo havia sido encarnado pelo Partido, e isso mesmo ainda durante a vida de Marx. Marx e Engels não contestavam nem a necessidade de um partido nem a exigência de uma direção (a Liga Comunista comportava já um comitê central). Entretanto, nem Marx nem Engels haviam dado uma teoria da organização. Foi a de Lenine (exposta sob a sua forma clássica em *Que Fazer?*, de 1902) que figurou a forma mais acabada da concepção marxista em matéria de organização. Ora, toda a concepção de Lenine é baseada nesta observação de que a classe operária, espontaneamente, não acede à consciência dos seus interesses econômicos e corporativos. Que para adquirir a consciência socialista (quer dizer, a da necessidade de uma revolução) ela deve confiar naqueles que tem a *clara* consciência da evolução histórica. O partido, nesta concepção, representa portanto o *órgão* adequado ao qual incumbe fornecer à classe operária a consciência da sua própria situação de classe e levá-la ao assalto do Estado burguês. Esta análise é, pouco ou muito, aceite por todos os *extremistas*, as divergências referem-se à organização da organização (princípio flexível ou rígido da direção, hierarquia, disciplina, interdição ou existência de fracções, etc.) e sobre a questão das relações com a classe. O esquerdismo, pelo contrário, vê na consciência do proletariado o factor da evolução histórica. Não pode, pois, ser questão de partido revolucionário, depositário da consciência de classe. Longe de trazer a sua *ciência* e de impregnar dela as massas, a organização não pode figurar mais do que a *expressão* da consciência espontânea dos trabalhadores. Ao *comunismo de partido*, o esquerdismo opõe o *comunismo de conselhos*.” (p. 104-5).

Portanto, não se trata apenas de uma questão de organização e sim de toda uma concepção de socialismo que está em jogo. Prossegue ele:

“a teoria dos conselhos operários pode significar noções diferentes: historicamente, tem sido uma *reflexão* sobre a revolução soviética e sobre o fracasso do movimento conselhistas na Alemanha. É ainda tributária do marxismo e proclama-se a interpretação *correcta* deste. Pode também respeitar ao *modo de gestão* da sociedade emancipada: a este título propõe um *conteúdo* para o socialismo (a vida econômica, social e política gerida pelas organizações de conselhos). Enfim, num sentido mais restrito do termo, a teoria dos conselhos propõe um modelo de organização revolucionária do proletariado. Mas duas questões, aparentemente distintas, surgem imediatamente: trata-se da organização espontânea do proletariado uma vez iniciado o processo revolucionário ou da organização do *movimento revolucionário* tal como ele é tido por emergir da luta quotidiana em situação pré-revolucionária? Evidentemente, as duas questões estão estreitamente ligadas e a análise partidária raramente as separa. A fronteira entre conselhos operários-conteúdo do socialismo e conselhos operários-organização é ela própria das mais fluidas, e é de todo arbitrariamente que separamos os diversos níveis de discussão. Mas é através dos

problemas da organização que o esquerdismo tem querido afirmar-se, porque esses são problemas que aparecem como os mais urgentes e os mais actuais.” (p. 106). Gombin precisa que nem todos os comunistas de conselhos partilham de todas as concepções sobre a crítica da vida cotidiana e que a teoria dos conselhos é muito anterior que a teoria situacionista.

Com o objetivo de situar o debate em torno do termo “conselho operário”, Gombin recorda as fontes que a tradição histórica do esquerdismo francês retoma e ultrapassa: 1) o Anarquismo teórico (pela crítica ao marxismo, ao fenómeno burocrático, ao partido e à autoridade em geral)<sup>1</sup>; 2) Rosa Luxemburgo (que descobre o potencial da espontaneidade revolucionária do proletariado e questiona o papel dirigente da vanguarda); 3) Georg Lukacs (que faz da consciência de classe o motor da história); 4) A revista *Noir et Rouge* (que veiculou e transmitiu os temas do anarquismo clássico passíveis de serem recepcionados pela teoria moderna e adotou do marxismo a teoria das classes e das lutas de classes, situando-se ao mesmo tempo contra o anarquismo organizado em França e contra o stalinismo), e 5) a ultra-esquerda germano-holandesa (pelas conclusões extremas que tirou da experiência das revoluções russa e alemã), cujo nome mais expressivo foi o de Pannekoek.

“Anton Pannekoek (1873-1960) é o pensador mais representativo dos círculos conselhistas. A sua teoria é baseada numa experiência de militantismo que ultrapassa meio século. Pouco ou muito, ela terá marcado todas as concepções conselhistas passadas e actuais. Importa apresentá-la aqui, porque será à volta dela, a partir dela, que se organizarão os debates teóricos e as experiências práticas do movimento esquerdista. Todo o pensamento de Pannekoek se apóia em três teses intelectuais e numa experiência histórica. Essas teses foram formuladas antes da primeira guerra mundial e permaneceram no centro do seu pensamento até ao fim da sua vida: 1) A concepção materialista da história. Esta vem-lhe, evidentemente do marxismo: para estudar a história e a evolução da sociedade, Pannekoek baseia-se nas relações entre o sistema de produção e a luta de classes. No homem, a luta pela vida conduziu a um desenvolvimento e aperfeiçoamento do utensílio; os progressos da técnica e os progressos das forças produtivas estão na base do ordenamento da sociedade e da sua evolução. Esta evolução obedece ela própria a leis como evolução em meio animal. O agente da evolução é a luta de classes. 2) Mas essa luta, e este é o segundo ponto, se corresponde a modificações no meio material da sociedade (maquinismo, produção, modos materiais de vida), situa-se a um nível *consciente*. Aqui, estamos nos antípodas das teses mecanicistas de Kautsky: a evolução das condições materiais de produção não pode apressar a saída revolucionária a não ser porque modifica a própria consciência que os trabalhadores têm do seu do seu meio material. Os homens devem *pensar* as transformações antes de as realizarem: o processo revolucionário depende simultaneamente do desenvolvimento da consciência de classe e da organização da produção. Parece mesmo que ao longo dos anos o elemento subjectivo assumiu mais importância no pensamento de Pannekoek: algum tempo antes da sua morte afirmava ainda que o resultado da luta é adquirido pela experiência quotidiana do proletário, por ‘aquilo que é vivo’ no seu pensamento, mas também por discussões, clarificações contínuas. O proletariado tem tanto mais necessidade de uma consciência clara das suas tarefas quanto a força da burguesia é, actualmente, sobretudo, uma força espiritual. Aquilo a que Pannekoek chama de o ‘poder espiritual da burguesia’ é tão perigoso como seu poder de exploração material: as idéias da burguesia penetram no espírito do operário, pela lógica do sistema de produção, pela educação, a propaganda, a Igreja, a imprensa, etc. O proletariado está numa total

<sup>1</sup> Sim, porque Gombin afirma que o anarquismo ‘oficial’ em França em nada contribuiu para os acontecimentos de maio de 1968 e nem para o surgimento da teoria esquerdista. Por tal motivo, observa que a perenidade da tradição anarquista e sua influencia sobre o esquerdismo são coisas muito diferentes. E apresenta motivos para a pouca simpatia da juventude esquerdista na França pelo anarquismo: A sistematização de experiências autogestionárias de artesãos no século XIX e a projecção de tais experiências se reproduzindo num futuro idealizado deste passado sem volta (adotando assim uma atitude **reacionária**); falta de renovação da teoria à luz da experiência dos últimos 50 anos (tornando o movimento anarquista organizado um movimento de comemoração dos grandes antepassados, das grandes datas, dos grandes feitos na Espanha, etc.); anacronismo (pela ignorância deliberada da herança teórica de Marx, Lukacs e Korsch, por exemplo); autoritarismo organizacional e extrema hostilidade a todas as formas de marxismo (levando alguns a ficar do lado do capitalismo ocidental contra o bloco soviético). (p.107 e 110-113).

dependência intelectual da burguesia, aquiescendo à sua própria servidão. Para vencer é, pois, necessário desembaraçar-se dessa dependência: O capitalismo deve ser vencido teoricamente antes de ser suprimido na prática. ‘A via da liberdade só será aberta no dia em que toda a classe operária tiver sido penetrada pela importância da ação autônoma e da autogestão.’<sup>2</sup> 3) Porque compete aos trabalhadores, no seu conjunto, libertar a humanidade. Da importância que Pannekoek confere à *ação das massas* no processo revolucionário (e isto já antes da primeira guerra mundial!) vai decorrer sua concepção da revolução e da organização. Compete às massas realizar ‘a tarefa’: tornarem-se senhoras do seu próprio trabalho, gerir os meios de produção. Compete-lhes portanto criar as formas de luta e de organização. Já antes de 1914 Pannekoek terá aderido à Rosa Luxemburgo e a outros ‘socialistas radicais’ para elaborar uma concepção da organização-processo, oposta à prática (e a teoria) da social-democracia que havia ‘institucionalizado’ o partido de uma vez para sempre, dotando-o de um sistema complexo de órgãos de direcção, de transmissão, etc. Mas o seu ‘sistema’ de conselhos operários só tomará definitivamente corpo depois da experiência das revoluções de 1917-1920 (Rússia, Alemanha, Áustria, Hungria). Essas experiências permitiram-lhe, negativamente, desenvolver a sua crítica do *socialismo de partido* e, positivamente, formular sua concepção de *socialismo de conselhos*. Já em 1921 Pannekoek qualificava a revolução russa de burguesa. O regime que dela saiu, diz ele, é um capitalismo de Estado na medida em que a classe burocrática possui exclusivamente (e colectivamente) os meios de produção. Tal como a classe burguesa dos países ocidentais, vive de exploração e de mais-valia. Mas Pannekoek qualifica também esse regime de *socialismo de Estado* porque o Estado é o único patrão e regula imperativamente a produção. Capitalismo de Estado ou socialismo de Estado (dois aspectos da mesma realidade), o importante, a realidade, é que o proletariado não gere ali por si próprio os meios de produção. Pannekoek conclui daí que o socialismo de partido é uma nova teoria e prática de dominação que corresponde às exigências de eficácia do capitalismo moderno. O socialismo, como idéia de libertação no século XIX não era mais do que um *slogan* de uma libertação imperfeita que propunha colocar no poder os dirigentes que a classe operária se havia dado. Os seus objectivos, a nacionalização da economia e a conquista do Estado, correspondem exactamente às necessidades do capitalismo. ‘A expressão da modesta esperança de libertação (do proletariado) tornou-se o instrumento da sua submissão voluntária a uma escravidão ainda pior.’<sup>3</sup> Todas as organizações inspiradas pelo comunismo de partido tornaram-se conseqüentemente meios quer para aumentar o poder do capitalismo russo, quer para tomar a direcção do capitalismo concorrencial ou ainda para se acomodar a ele. Assim os sindicatos aparecem agora como *exteriores* à classe; servem de intermediários para vender a força de trabalho no mercado. Tornaram-se parte integrante do ‘aparelho de dominação’, instituições de direito público.” (p.117-21)

A experiência histórica mencionada por Gombin foi a revolução alemã de 1918-1920 - e mesmo antes dela a observação por parte de Pannekoek da formação espontânea de comitês de fábrica durante a primeira guerra mundial por **fora** e as vezes **contra** os sindicatos – possibilitou captar no sistema dos conselhos uma forma possível de gestão e até de organização da futura sociedade socialista.

“A produção seria baseada nas decisões de oficina. À escala da grande fábrica, seria a assembléia dos delegados que constituiria o órgão de gestão. O mandato seria imperativo, o delegado revogável em qualquer momento, a contabilidade aberta a toda gente, as remunerações calculadas em horas de trabalho. Mas os conselhos não se limitariam à gestão econômica, constituiriam também estruturas políticas que substituiriam as formas atuais de governo. No seu seio, desapareceria a distinção entre político e econômico, do mesmo modo que a divisão entre especialistas e produtores. Entre si, os conselhos seriam coordenados, horizontal e verticalmente. O que nos leva a definir o conselho operário em período revolucionário e pré-revolucionário. E portanto a falar da *organização revolucionária*. Ainda aqui Pannekoek, com esse desejo do concreto que o caracteriza, apóia-se em exemplos históricos. O conselho operário aparece em período revolucionário: mais precisamente representa a nova forma que o proletariado forja em

<sup>2</sup> Tradução de Gombin da edição inglesa da obra de Pannekoek: *Conselhos Operários*, p. 230.

<sup>3</sup> Id. Ibid. p.225

função do estágio de evolução atingido pelo capitalismo. Tal como a burguesia, que ao longo da sua história, se desembaraçou progressivamente dos senhores que se havia atribuído (municipalidades, corporações, príncipes, monarcas), a classe operária dota-se de órgãos que correspondem ao estágio de maturidade a que chegou. No conselho operário exprime, pela primeira vez, directamente, a sua recusa de novos senhores: em vez de mudar de direção, abole a própria função de direção. (...) A emergência dos conselhos operários é difícil de situar: Pannekoek considera que o período actual fá-los nascer desde que a luta atinja uma certa amplitude: o que põe, evidentemente, a questão do processo revolucionário, porque os conselhos só podem surgir no decorrer de um tal processo. É durante esses períodos que os trabalhadores se radicalizam; um comitê de greve é já um conselho operário em germe. Mas o processo revolucionário ocupa todo um período: esta concepção extensiva opõe-se, evidentemente, à revolução-insurreição. É que a tomada do Poder não basta: é necessário que durante o período precedente o proletariado tenha estabelecido as bases (espirituais) do seu advento. As organizações autônomas de que o proletariado tende a dotar-se correspondem também a novas formas de lutas que testemunham da maturidade do proletariado dos países industrializados. A luta contra o capital faz-se doravante pela *acção directa*. Isto é, aquela que se desenrola fora das formas burguesas de oposição (parlamentarismo, ministerialismo) e fora das vias do socialismo de partido (sindicalismo, política partidária).” (p. 122-24).

A questão que Gombin identifica continuar em aberto para Pannekoek e a maioria dos comunistas de conselhos é a da organização revolucionária. Sua necessidade, funções e existência. Para ele o conselheiro holandês está longe de ser claro e até é considerado ambíguo, dado que por um lado “a lógica de seu sistema, a saber, o aparecimento espontâneo dos conselhos, exclui qualquer organização que tivesse por tarefa preparar e, eventualmente, suscitar os sovietes. (...) Não é o partido que faz a revolução, mas a classe como um todo. Mas, por outro lado, vimos a insistência no caráter espiritual do processo, o trabalho revolucionário é uma questão de vontade: os homens devem *pensar* a transformação antes de a realizarem. Deste modo, o período de libertação será também o de discussão no seio do movimento operário, a fim de escolher as ‘orientações’ para o futuro. Nesta discussão o papel dos grupos de reflexão não é negligenciável: devem precisar as idéias em curso, dar-lhes uma forma adequada, propagá-las. Em resumo, o seu papel é a função de elaboração teórica” (p. 125).

Diz-nos Gombin que, ao longo de seu pensamento, Pannekoek variou quanto às atribuições precisas desses ‘grupos de reflexão’, porém sempre insistiu na sua existência. Até o termo ‘partido’ não foi banido de seus escritos, porém o que sempre deixou claro é que não se trata do partido leninista, mas do organismo encarregado da difusão de idéias e conhecimentos, do estudo e do debate, de formular as idéias sociais e de fazer propaganda para esclarecer as massas, para que tenham uma compreensão sempre mais vasta das suas tarefas. Se os conselhos são a forma prática, os partidos são a forma espiritual.

“Em verdade, o problema da organização em Anton Pannekoek, é muito ambíguo, se o tomarmos à letra (...) o partido, definido como o conjunto ‘daqueles que vêm mais longe’, não terá um papel primordial a desempenhar? E não voltamos a uma concepção de um partido-direção? Os comunistas, diz Pannekoek, são aqueles que tem as idéias mais claras, que estão em condições de se pôr à frente, de propor as melhores medidas a tomar. Não serão esses também os mais motivados a dirigir as massas? Entre ‘propor medidas’ e ‘impor medidas’ a distância não é grande. Há aqui, certamente, ambigüidade. Mas parece que não se deve tomar os textos de Pannekoek *à letra*. (...) a organização revolucionária de que fala é aquela em que militava: o grupo de trabalho que se entregava à elaboração teórica e que não tinha estrutura fixa nem imutável (...) É necessário, para tentar compreender a sua concepção da organização, apegar-nos ao *espírito* do seu sistema. Para ele, a revolução proletária rebenta quando o proletariado chega à consciência das suas tarefas: se um partido se apodera dos conselhos operários, se lhes impõe o caminho a seguir, é porque a classe não está madura.” (p. 127).

Quanto ao legado teórico que Pannekoek deixou aos partidários do comunismo de conselhos, Gombin entende que nem todos os problemas teóricos foram resolvidos em função de sua passagem pela social-democracia e pela sua formação teórica de militante que sempre se

manteve no marxismo: privilegia o aspecto econômico da luta de classes; considera que o materialismo histórico de Pannekoek por vezes resvala para o evolucionismo que o leva a imaginar uma sociedade “produtivista” na qual o trabalho se realizará na alegria (no extremo oposto da concepção surrealista acerca do trabalho e com certa proximidade do socialismo de Lênin); enxerga também certo positivismo na concepção de socialismo e apresenta uma definição muito restritiva de proletariado. Por outro lado, Gombin considera Pannekoek portador de concepções extremamente atuais e até proféticas sobre uma variedade de temas (greve selvagem, ação direta, ocupação de fábricas, o lugar da subjetividade, etc.) que fazem com sua teoria esteja no centro das discussões em curso e seja o balizador pelo qual as correntes esquerdistas tentam se definir.

OS HERDEIROS: Os legatários da herança descrita a recebem de acordo com: 1) o passado particular de cada grupo; 2) a realidade social e da forma que a interpretam, e 3) o intento de projetar no futuro a aquisição teórica e prática dos últimos 50 anos, sintetizando-a e inovando.

Após 1968, a questão organizativa acaba ocupando o centro das preocupações dos esquerdistas. Por tal motivo Gombin o escolhe para seguir a discussão no movimento esquerdista, embora observe que a unidade entre fins e meios dificilmente se deixa fragmentar.

“Podemos distinguir, sob este aspecto, dois ‘pólos’ extremos: de um lado o ‘pólo organizacional’, que pronunciando-se pelo advento dos conselhos, não esconde o seu apego à existência de um partido. No extremo oposto, o ‘pólo espontaneísta’, que recusa absolutamente qualquer organização preconcebida e preestabelecida. Entre os dois pólos encontramos um certo número de correntes intermédias que reflectem praticas diversas e projecções teóricas diferentes.” (p. 130-31).

Assim, no extremo do ‘pólo organizacional’, Gombin identifica a concepção de P. Chaulieu (Cornelius Castoriadis). Em termos organizativos a considera muito próxima da de Lênin, diferenciando-as na análise que faz do capitalismo, do socialismo e da sua evolução. Chaulieu parte da premissa de que a contradição principal no capitalismo não é entre “aqueles que possuem alguma coisa e aqueles que apenas têm a sua força de trabalho para vender. A distinção decisiva situa-se, hoje, entre aqueles que dirigem e aqueles que executam. Esta separação imposta entre as tarefas produtivas e aquelas que é necessário abolir. A supressão da propriedade privada é uma condição necessária mas não suficiente para o advento do socialismo. (...) A organização da sociedade socialista, a partir destas premissas, não difere em nada no principio do esquema da Pannekoek. (...) onde Chaulieu se afasta de Pannekoek é no esboço do perfil exacto da sociedade socialista, que descreve com uma profusão de pormenores que não deixam nada ao acaso. (...) Esta preocupação da minúcia na previsão vem da concepção que Chaulieu faz da economia moderna: complexa, diversificada, exigindo uma direção e um *controle* centralizados.” (p. 131-32).

As diferenças com as concepções de socialismo de Lênin se situam na forma de gestão dos assuntos de interesse do proletariado (gestão autogerida *versus* gestão partidária) e no sujeito revolucionário que exerce o poder (poder dos conselhos *versus* poder do partido) e Chaulieu afirma a necessidade de uma organização revolucionária antes e no início da revolução para assegurar que os conselhos não sejam recuperados pelos partidos leninistas e prevê que a luta será **áspera**.

Quanto aos aspectos dessa organização revolucionária por construir, deve ter o seguinte perfil: 1) ser formada por uma minoria consciente (vanguarda) e distinta da própria classe (dado ser impossível o proletariado ser a sua própria direção em períodos não-revolucionários) composta por operários e intelectuais revolucionários; 2) Embora admita certo grau de centralização, seus aderentes é que devem decidir sobre a modalidade da organização; 3) Mesmo tendo uma compreensão de conjunto dos problemas da sociedade e do socialismo, esta organização deverá se atribuir alguns objetivos que visem tornar a classe mais consciente, em especial do nível que já tiver atingido; 4) Deverá elaborar uma ideologia e um programa que forneça os meios da sua expressão; 5) A organização deve decidir as modalidades de ação da classe e tentar fazer com que a classe as adote por meio da **ação exemplar** e da **luta ideológica**.

Gombin identifica dois méritos nesta concepção. Ter suscitado discussões no quadro da própria teoria conselheira, e - mesmo estando próxima do leninismo - romper claramente com a concepção tradicional de partido ao colocar em primeiro lugar a autonomia da classe e a sua

organização espontânea, o conselho operário. Tal concepção gerou fortes ressalvas: 1) idealismo (ao imaginar antecipadamente que uma tal organização desapareceria por si mesma no momento do surgimento dos conselhos operários, fundindo-se com as organizações autônomas); 2) cristalização autoritária das formas de gestão social, de luta e propaganda; 3) resquícios do vanguardismo trotskista (ao conceber o seu próprio grupo, *Socialisme ou Barbárie*, como o ‘embrião’ do futuro partido). Foi da oposição a esta concepção que se formou o pólo oposto, que irá influenciar toda a ala ‘espontaneísta’ do movimento esquerdista.

“Esta concepção, no seu estado mais acabado, foi defendida e expressa por Claude Lefort, no interior do grupo ‘*Socialisme ou Barbárie*’, e isto repetidas vezes. Lefort considera que todos os partidos, quaisquer que sejam, são uma direção, independentemente do princípio da sua organização interna. Para ele, a posição contra-revolucionária do PCUS, depois de 1917, resultava da própria realidade do partido, e não do seu *centralismo*. Aliás, considera ele, o partido liga-se a uma época ultrapassada da história do proletariado, num estádio em que exprimia o baixo nível da classe. Correspondia ao sentimento que esta tinha das suas modestas capacidades revolucionárias. Não podendo fazer a revolução por si mesma, havia transferido essa tarefa para uma organização exterior a ela. (...) A noção historicamente importante é a consciência que a classe operária tem das suas lutas e dos seus objectivos. Quanto maior é essa consciência menos o proletariado confia a elementos *externos* a tarefa da sua libertação. Mas o ponto em que Lefort se separa de Chaulieu é que ele não pensa que essa consciência possa ser provocada nem transmitida do exterior. A consciência resulta da própria experiência que o proletariado possui do seu desenvolvimento e das suas lutas. É assim que a consciência socialista de Lenine surge com uma consciência inteiramente abstrata cujo conteúdo era determinado por elementos estranhos e de que o proletariado não tivera nenhuma experiência prática. Ninguém pode resolver os seus problemas em seu lugar: se ele não consegue dar respostas aos problemas organizacionais e programáticos é porque não está bastante amadurecido para o fazer. (...) Considera que a conduta do proletariado não decorre apenas das suas condições de existência, tal como nele o económico e o político não estão separados (como é o caso para a burguesia): as modificações são feitas porque as condições exigem que o sejam. (...) Se o partido é condenado como trazendo a consciência de ‘fora’, não se trata de negar toda a organização. Se é verdade que o proletariado só acede à consciência das tarefas universais da revolução quando é ele próprio a realizar essas tarefas, é perfeitamente concebível que existam organizações que propaguem a economia desses objetivos. É pois o problema do militantismo que Cl. Lefort põe e que vai afastá-lo da ala extrema do espontaneísmo em matéria de organização. A idéia de autonomia das lutas, escreve, pode ser sustentada e propagada ao mesmo tempo por *grupos de empresas* e por grupos reunidos numa base *puramente ideológica*. Estes últimos, que compreenderão também intelectuais, formularão o alcance revolucionário do combate em curso; sustentando, amplificando e clarificando as lutas conduzidas pelos militantes de empresas. Mas não lhes compete elaborar uma ideologia porque é o comportamento espontâneo dos trabalhadores e só ele que contém ‘eminente’ as ideologias proletárias, quer dizer, a racionalização da sua própria prática. Nestas condições, o programa da vanguarda deve ser a direção da classe por si mesma. A vanguarda, esse ‘destacamento provisório, puramente conjuntural do proletariado’, deverá abolir-se no seio do ‘poder representativo’ da classe. Este pode ser o conselho operário, mas Lefort, diferentemente de Chaulieu, abstém-se de fixar antecipadamente as estruturas que a classe se atribuirá a si própria.” (p. 136-38).

Traçadas as duas posições extremas, Gombin passa a se dedicar às posições intermediárias e até mais extremas a elas no panorama francês, adotando com critério o da sua atualidade. E acrescenta que o problema da organização, para a teoria esquerdista, importa principalmente por dois aspectos: 1) formular uma concepção de **militância**, e 2) estabelecer qual o grau de consciência autônoma do proletariado que é necessário estabelecer (que vai determinar qual o peso da vanguarda na **ajuda** ao proletariado para livrar-se de seus grilhões). “Assim, as duas concepções reflectem-se mutuamente, em princípio. Certos grupos têm podido tratar os dois problemas duma forma independente, o que não deixa de introduzir alguma incoerência no seu sistema de pensamento.” (p. 139).

Gombin sistematiza os grupos da seguinte forma: A) grupos próximos das posições de Chaulieu (cita *Pouvoir Ouvrier*, cisão de *Socialisme ou Barbárie* caracterizado pela defesa do poder dos conselhos, mas dedicado à construção da organização revolucionária que falta, optam pelo centralismo como principio de organização interna e preconizam táticas ‘entristas’ ao estilo dos grupos trotskistas. São ainda mais próximos do leninismo e se situam no limite do movimento esquerdista, na fronteira com o extremismo); B) grupos situacionistas ou de inspiração situacionista, ocupando uma posição intermediária (a Internacional Situacionista passa por várias fases: grupo restrito de elaboração teórica no começo. Após maio de 1968, em oposição a um certo ‘espontaneísmo sub-anarquista’ que vislumbram nascer, preconizam a formação de ‘organizações conselhistas’); C) grupos próximos do ‘pólo espontaneísta’ (cita *Infomations correspondance ouvrières* – ICO, cisão de *Socialisme ou Barbárie* de 1958, caracterizado pela recusa a toda reflexão ‘prospectiva’; crítica das organizações operárias – partidos e sindicatos -; negação de uma organização revolucionária permanente; a militância somente é admitida a título individual e mesmo assim somente para ajudar os trabalhadores ‘a fazerem o que quiserem fazer’ e, no âmbito da empresa, para que nada seja feito sem o seu consentimento; fora do local de trabalho, a única organização admitida é a coordenação horizontal para facilitar as ligações entre trabalhadores isolados e divulgar informações dos locais de trabalho; não faz propaganda do comunismo de conselhos por não querer ‘antecipar sobre uma sociedade do futuro’. Muito próximo à ICO está o grupo *Communisme de conseils*, que dele se diferencia por considerar que as formas históricas que as lutas autônomas se revestiram no passado serão as da revolução futura, portanto o comunismo de conselhos seria para este grupo ‘mais do que uma lição da história: seria a teoria que se trata ao mesmo tempo de propagar e de enriquecer’).

**“Assim, a teoria do comunismo de conselhos está longe de ser homogênea. (...) As próprias fontes do comunismo de conselhos (um marxismo diversamente interpretado) influem de formas diferentes nos herdeiros do movimento histórico. Alguns despreendem-se da tradição, outros nem tanto. Alguns aceitam e fazem a sua crítica da vida cotidiana, outros, como a ICO, julgam-na secundária relativamente à crítica do sistema de exploração econômica. Mas todas as correntes mencionadas se reencontram para condenar o movimento marxista-leninista. Todas igualmente fazem uma certa idéia da autonomia necessária da luta operária e da espontaneidade. Se bem que com algumas cambiantes, elas transportaram as suas concepções para o terreno da organização ao mesmo tempo do movimento revolucionário e da sociedade socialista. Mas, sobretudo, tanto as correntes de origem surrealista, como as de origem marxista (trotskista ou ultra-esquerda), reconhecem-se e identificam-se com o movimento de contestação deste último lustro. E todos os esforços de elaboração teórica são realizados em função da contestação da sociedade atual.”** (p. 155-56).

### Esquerdismo e Contestação

Visto o lugar que a teoria ocupa para o esquerdismo – ser o real de um conceito não formulado – em oposição à concepção Kautskista-leninista na qual os chefes políticos detinham o monopólio da leitura histórica das leis do movimento socioeconômico, Gombin procura então apresentar a relação entre teoria e prática do movimento revolucionário.

“Sem ser ‘imposto’ um movimento intelectual pode muito bem influenciar um comportamento, inflecti-lo, mesmo guiá-lo. Entre a informação pura e a ideologia existem estádios intermediários, numerosos escalões que fazem passar a consciência da influência ‘objetiva’ à ‘lavagem de cérebro’. A segunda questão que surge é a da *concordância* da teoria com a prática. É certo que uma teoria que não encontrasse nenhuma verificação do desenvolvimento dos factos sociais seria uma utopia. E se tantos sociólogos se dão ao trabalho de estudar o esquerdismo é porque vêem nele, por vezes, algo mais do que matéria para um capítulo sobre a história das idéias. Mas em que medida participa o esquerdismo mais da teoria social do que da filosofia?” (p. 158-9).

Para responder à primeira questão, nosso autor fala da prática dos conflitos sociais, antes porém alerta que a sociologia e a psicologia social estão ausentes do estudo da prática da

contestação. Parte então de algumas hipóteses: numerosos contatos entre estudantes e operários; os temas esquerdistas contribuíram na ‘politização’ de muitos conflitos sociais e grevistas durante o maio-junho de 1968.

Gombin se pergunta se, considerado um período mais longo (1963-1965 a 1971), o esquerdismo não seria confundido com o sindicalismo revolucionário ou o anarco-sindicalismo. Ele mesmo pondera que estariam presentes em comum com estas tradições, a ação direta, o antiparlamentarismo, o antidirigismo e até o antimarxismo de alguns setores esquerdistas. No entanto ele mesmo levanta duas objeções: 1) Em França, parece-lhe muito difícil de sustentar que a tradição do sindicalismo revolucionário tenha sido transmitida às massas por meio das duas organizações que dele se reivindicam (CNT, seção francesa da AIT e *La Révolution Proletarienne*) em função de pouca inserção. Segundo algumas hipóteses, esta tradição seria veiculada, contraditoriamente, pela CFDT que tem origens no catolicismo social; 2) A própria concepção fortemente anti-sindical do esquerdismo. Em se tratando de ‘pontos de contato’ entre teoria esquerdista e prática de contestação, Gombin faz questão de mencionar que a CFDT pode constituir uma quadro possível para a atividade esquerdista.

Quanto à contestação estudantil, Gombin diz possuir mais informações para que se conheça melhor a influencia do esquerdismo sobre ela, dado que este terreno se mostrou muito fértil desde meados dos anos 60 em função da circulação das revistas ‘radicais’ nas universidades (*Socialisme ou Barbárie, Noir et Rouge, Pouvoir Noir, Internationale Situacioniste*, etc.) produzindo uma agitação desde o ano letivo de 1966-1967 levantando o tema da libertação sexual, da finalidade do ensino, da neutralidade científica de disciplinas como a Sociologia, a Psicologia e a Psicanálise com atitudes como o boicote das provas e dos cursos. Após o maio-junho de 1968, W. Reich se tornará um dos precursores do esquerdismo e o freudo-marxismo conhecerá uma rápida propagação.

Relativamente à contestação em si mesma, independente da influencia do esquerdismo teórico e dos pontos de contato ente teoria e prática, Gombin observa que “a teoria esquerdista, contrariamente ao marxismo ortodoxo, não pretende ser uma teoria científica da evolução social. Não visa, por consequência, fazer uma leitura da história (passada e actual) para deduzir a práxis correta. Esta simples afirmação tem consideráveis consequências, como vimos, sobre a questão da consciência revolucionária e, portanto, sobre a questão da organização. Mas ela sugere também porque é que o problema das relações entre teoria e prática esquerdistas não se põe em termos de *influência* da primeira sobre a segunda. Não que este gênero de preocupações seja negligenciável, sobretudo para o historiador ou o sociólogo do movimento operário, mas esta é uma questão *teoricamente* não essencial. Porque a teoria esquerdista pretende exprimir o real, não formulá-lo, e ainda menos modelá-lo. Pretende ser o *conceito* do movimento concreto e não se interdita de *antecipar* sobre este porque a evolução histórica não é irracional. Mas nada garante que a luta de classes se revestirá da forma que se lhe atribui *teoricamente*: as projeções são portanto probabilidades, não certezas. Estas estão na práxis. Ressalta daí que aquilo que importa é a forma concreta assumida pelo movimento real. Se este confirma aquilo que se pretende, o seu próprio conceito trata-se então de uma verdadeira teoria revolucionária. Se, pelo contrário, o nega, a teoria degrada-se em *ideologia* ou em utopia (que pode ser ela mesma uma forma de falsa consciência).” (p. 173-4).

A seguir Gombin esclarece que teria sido mais lógico colocar o tópico sobre a prática no início do livro (que é todo ele dedicado às concepções abstratas), porém isto teria sido impraticável em parte, como fazem notar os esquerdistas, em função do sufocamento das lutas autônomas durante meio século pela ação do PCUS sobre o proletariado de um grande número de países, mas também pelo baixo nível econômico e espiritual do próprio proletariado.

Considerando apenas a França no período 1967-1971, houve modificações inegáveis no modo dos conflitos sociais, nosso autor prossegue fazendo um balanço da prática das lutas: 1) se dá por fora dos aparelhos sindicais e, na maior parte das vezes, contra a opinião do sindicato quando este é consultado; 2) a greve é acompanhada da ocupação dos locais de trabalho; 3) a greve é deliberada pela totalidade dos trabalhadores e por tempo indeterminado; 4) as reivindicações não

são por categorias (ex: o mesmo aumento de salário para todo o pessoal) e visam para além das questões financeiras (estrutura hierárquica da empresa, o sistema salarial como tal – em especial a concessão de bônus e prêmios -, a gestão da empresa, além de modificações relacionadas com a vida do trabalhador na empresa tais como ponto, atrasos e condições de trabalho); 5) O curso da greve segue um processo específico (comitê de greve abrangendo sindicalizados e não-sindicalizados, a assembleia se pronuncia sobre todas as questões relativas à greve, eleição e revogação dos integrantes tanto do comitê de greve quanto de quem negocia com o patronato, e por vezes realizam passeatas pela cidade e marchas sobre prédios públicos com confrontos com a policia).

Gombin se cerca de todas as relativizações para emitir o balanço anteriormente descrito. Pequena quantidade de pesquisas sociológicas disponíveis e com métodos distintos, que a novidade não é tanto pelas praticas **em si** e sim por se apresentarem **ao mesmo tempo**, que a descrição corresponde a um ‘tipo ideal’ de greve de contestação e que é ainda minoritário (observado nas empresas onde a CFDT é majoritária em relação à CGT), que para um quadro mais completo falta acrescentar os conflitos nas escolas, universidades, prisões e no serviço público.

Conclui afirmando que todas as características apontadas são fruto de grande espontaneidade e que existe coincidência entre a pratica de contestação e as análises da teoria esquerdista “Os esquerdistas não deixam, aliás, de se identificar com as tendências actuais da contestação. Para eles, a evolução da luta (e a que tem lugar no estrangeiro viria confirmar as suas teses, dando-lhes uma validade *universal*) faz entrar o mundo moderno e o movimento real numa fase histórica de que o esquerdismo seria a mais adequada expressão teórica.” (p. 178).

## EPÍLOGO

Ao longo do livro Gombin se esforçou por demonstrar que o esquerdismo está longe de ser uma teoria acabada e coerente, razão pela qual ele expressa grande heterogeneidade de componentes muitas vezes antagônicos entre si, sendo mais “um conjunto de elementos de critica, de análise e de concepções construtivas. O que lhe constitui no entanto uma coerência suficiente para que se possa ter como legitimo fazer entrar esses elementos numa mesma rubrica conceptual é uma inspiração, uma visão do mundo e uma projecção do futuro comuns” (p. 179).

Gombin esclarece que, no momento em que tenta captar a evolução do esquerdismo, todas as possibilidades ainda são possíveis, desde a desagregação das contribuições mencionadas até a sua fusão ou mesmo a individualização definitiva de alguma contribuição fora do todo.

Ao romper com o economicismo marxista, o esquerdismo percebe a repressão em todos os níveis e simultaneamente (sexual, familiar, educacional, etc.) e coloca na ordem do dia desembaraçar-se de “todos os senhores e de todos os entraves à liberdade. (...) enfim, quer construir uma vida em que o homem não mais seja estranho ao homem, em que a comunicação se encontre restabelecida graças a uma linguagem desalienada. A palavra confundir-se-á então com a ação e exprimirá a verdade humana e universal, e não as mentiras cotidianas.” (p. 181).

Esta luta não pode utilizar os instrumentos herdados do passado (‘direção revolucionária’) e conquistar a autonomia das lutas é a primeira conquista do revolucionário **consciente**.

O esquerdismo aposta que as suas teses serão confirmadas, o que Gombin diz que são ainda confirmações frágeis porém significativas, que fornecem às lutas políticas e sociais que ocorrem no mundo uma nova dimensão. Para interpretar essa mudança em qualidade e intensidade das lutas, duas hipóteses interpretativas surgem: essa radicalização das lutas seriam um ‘último suspiro’ antes do seu final ou, alternativamente, apenas um prelúdio de lutas mais intensas, mais radicais e mais conscientes a anunciar a libertação das últimas cadeias que ainda prendem a humanidade? Ou ainda será um meio-termo entre ambas?

A resposta a que Gombin chega é que só o futuro dirá se a pretensão do esquerdismo em renovar a teoria do movimento revolucionário se confirmará ou não. De momento, o que se constata é o crescimento numérico de seus adeptos (evoluindo da condição de seitas marginais para a de um movimento social) e a elevação da condição de ‘raciocínios bizantinos’ para a de uma doutrina.

Nosso autor encerra sua obra considerando que as transformações operadas em alguns países situados no centro do sistema capitalista, propiciam que “o esquerdismo pode aparecer, nestas condições, como trazendo respostas originais para novas perguntas. Ele não se pretendeu mais do que a promessa de um futuro *previsível*. O seu sucesso depende, sem dúvida, da justeza dessas respostas e do fundamento dessa promessa. Mas, já e tal como é, representa um grande esforço de imaginação num mundo que parece desprovido dela. Essa falta de imaginação caracteriza particularmente aquilo que se convencionou chamar de esquerda. E, em primeiro lugar, o comunismo oficial herdeiro ‘legítimo’ da tradição revolucionária de cerca de dois séculos de lutas sociais. O esquerdismo trinchou o seu monopólio e isso de uma forma irreversível. Que o esquerdismo se torne o movimento revolucionário não é certo; que ele tenha demonstrado pela sua própria existência e pelo eco que suscita que o marxismo-leninismo organizado o não é já, eis o que me parece conseguido.” (p. 184-5).